

te – Prolar; Paulo Eduardo Oliveira de Barros, Conselheiro Titular – SMMA/PMGP. Também estavam presentes: Sylvana Zanon – Coordenadora de Pesquisa e Estratégia/Iplan, Karla Volaco Stamoulis – Arquiteta/SMP. A pauta da reunião constituiu-se de: 1) Abertura da reunião e informes; 2) Aprovação da Pauta; 3) Aprovação da Ata da 10ª Reunião Ordinária; 4) Processo nº 2090370/2017: Alteração de Zoneamento – Requerente Vereador Pastor Ezequiel; 5) Processo nº 2090371/2017: Alteração de Zoneamento – Requerente Vereador Pastor Ezequiel; 6) Processo nº 3040215/2011 – Desafetação da área verde; 7) Resultados da 6ª Conferência Estadual das Cidades; 8) Palavra Livre; 9) Encerramento. 1) **Abertura da reunião e informes:** O Conselheiro Ciro deu boas vindas a todos e passou a palavra a Conselheira Jamile que deu início a reunião. 2) **Aprovação da Pauta:** A Conselheira Jamile comentou os itens a serem discutidos e a pauta foi aprovada pela plenária. 3) **Aprovação da Ata da 10ª Reunião Ordinária:** A Ata foi repassada aos Conselheiros e teve aprovação de todos. 4) **Processo nº 2090370/2017 e 5) Processo nº 2090371/2017 – Alteração de Zoneamento:** A Conselheira Jamile explica que estes dois processos de solicitação de alteração de zoneamento não apresentam justificativa, como pode ser consultado nos processos. Seria necessária uma explicação mais ampla para esta alteração para possibilitar a decisão do conselho, por isso já solicitamos ao Vereador Ezequiel que apresente as justificativas do pedido. O conselheiro Jarbas sugere que estes processos sejam encaminhados para a Comissão de Análise de Zoneamento e posteriormente sejam analisados por este conselho. A proposta é acatada por todos. A conselheira Jamile diz que a próxima reunião da comissão será já no próximo dia 06 de setembro, mostra no mapa as ruas que estão sendo solicitadas para alteração para Zona Comercial. Após discussões sobre os possíveis motivos de solicitação de alteração para Zona Comercial, os conselheiros decidiram por aguardar o requerente trazer as justificativas aos dois processos. 6) **Processo nº 3040215/2011 - Desafetação da área verde;** A arquiteta Karla explica que este assunto foi mencionado na reunião passada, e refere-se a área do onde se pretende implantar o loteamento Pilaõ de Pedra. O conselheiro Helmiro questiona se é atrás da Vila 31 de Março. A arquiteta Karla relata que este processo vem desde 2011, como parecer do engenheiro Nelson Calderari (SMMA) favorável a desafetação de parte da Zona Verde Especial, ficando fora deste zoneamento a parte povoada por pasto (gramíneas e herbáceas exóticas), devendo permanecer como Zona Verde Especial a porção com presença de vegetação arbórea e respeitada a área de preservação permanente de 35 metros do arroio Pilaõ de Pedra. Em 2012 foi apresentado o memorial descritivo da área a ser desafetada, e em 2013 foi anexado ao processo o parecer do engenheiro José Elias Adamovicz (SMMA) solicitando que houvesse uma correção na área descrita tomando como limite a cota de 890,00 m para manter o desnível de 30m e preservação de parte do ecossistema de campos, não considerado deste local, a ser mantida como área verde especial. A arquiteta Karla explica que no projeto do empreendimento, considerou-se o primeiro parecer e para adequar ao parecer de 2013 o empreendedor deveria suprimir alguns lotes, e parte da rua. Concluiu-se que o projeto não atendeu o parecer do engenheiro Elias (posterior), mas do engenheiro Nelson (anterior). O conselheiro Paulo questiona a diretriz explicando, quando foi feito o zoneamento, ficou definido que esta área seria uma zona verde especial, foram pegos uns campos degradados (mostrando no mapa) e o que interessava de acordo com a legislação seria o degrau na Baraúna. Foi feito um trabalho e na metade o engenheiro Elias fez a cota nº 890, agora não se sabe quando foi dado ciência pelo empreendedor. A única dúvida é se a cota foi dada ao empreendedor antes do projeto ser feito ou depois de ter tramitado na prefeitura. Conforme a arquiteta Karla explica, no seu entendimento, primeiramente foi feito um parecer pelo engenheiro Nelson, o empreendedor fez o memorial descritivo, e quando este memorial foi entregue, não foi mais o engenheiro Nelson que analisou, e sim o engenheiro Elias que fez outra solicitação, alegando o motivo do desnível. O conselheiro Fábio argumenta que o desnível está regular em relação as demais cotas, aparentemente esta faixa de 890 para 880 não se apresenta tão irregular. O conselheiro Helmiro diz que o empreendedor vai perder alguns lotes, aproximadamente 18 lotes. A conselheira Bruna afirma que a justificativa do empreendedor é usar o parecer do engenheiro Nelson. A arquiteta Karla diz que o empreendedor não justifica. A conselheira Bruna explica que existe um parecer de 2011 e outro de 2013, e esta proposta é de 2016, ou seja o empreendedor tem que usar o último parecer. O conselheiro Fábio diz que o parecer do engenheiro Nelson, foi fundamentado na preservação da vegetação, onde é campo pode ser aproveitado, até a cota 885 (porque era campo ainda) e o parecer do engenheiro Elias, quando analisou, não o projeto urbanístico, e sim o memorial descritivo, que permaneça até a cota 890, independente de ter campo ou não. A conselheira Sara cita que o empreendedor tem dois pareceres diferentes do mesmo setor. O conselheiro Fábio diz que esta área é um resto de uma fazenda desativada, o conselheiro Paulo diz não saber a respeito da cota, se a engenharia permite, o conselheiro Helmiro salienta a diferença de nível, 20 % de inclinação, é bastante, mas é proibida a partir de 30. A arquiteta Karla confirma que é 30%. O conselheiro Fábio diz que este não é o problema, somente contraria o último parecer. O conselheiro Paulo, diz que é uma opinião, e a conselheira Sara concorda. Também diz que está de acordo com o primeiro parecer. O conselheiro Fábio sugere que seja aprovado considerando o parecer do engenheiro Nelson. A arquiteta Karla menciona que este processo veio para o Iplan para ser feito o EIV, e conforme a análise, se verificado no GEO- WEB que a área constava ainda como zona verde, ou seja, o empreendedor iniciou o processo e não concluiu, e foi pedido a regularização do zoneamento, para depois o EIV ser analisado. A arquiteta Karla diz que esta análise é para a mudança do zoneamento, e que na Lei 6329/99 Art. 22 § 1º não devem ser desafetadas áreas com declividades superiores a 30%. O conselheiro Ciro pergunta como seria o procedimento. O conselheiro Fábio diz que se o parecer do Nelson estivesse contradizendo o parecer do Elias, como por exemplo, resquícios de mata nativa, seria outra história, mas não há mais verde. O conselheiro Jarbas diz que o conselho tem que analisar se podem permitir a mudança de zona verde especiais para zona residencial. O conselheiro Jarbas diz que estas questões técnicas relacionadas a inclinação que são parâmetros urbanísticos, isso tem que ser analisado, este conselho está analisando a questão do zoneamento, e se houver a necessidade de se adequar algumas áreas por conta destas inclinações, essas áreas continuam como zona verde especial. A arquiteta Karla questiona se pode o conselho poderia acatar o parecer favorável da desafetação da área emitida pela SMMA e deixar a cargo da mesma definir a área exata, visto haver divergências entre os dois pareceres oriundos do mesmo setor. O Conselho aceita e delibera conforme sugestão. 7) **Resultados da 6ª Conferência Estadual das Cidades:** A conselheira Jamile menciona a realização da conferência Municipal em 2016 e dando seqüência, a etapa estadual aconteceu nos dias 16, 17 e 18 de agosto na cidade de Foz do Iguaçu. O município de Ponta Grossa teve participação pelos segmentos do Poder Público Executivo (com representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Gabinete do Prefeito, Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal de Planejamento, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa, Fundação Proamor de Assistência Social. Também Entidades profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, Conselhos profissionais: Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural, Trabalhadores: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa e Sindicato dos Empregados do Comércio de Ponta Grossa. Os Movimentos Sociais: Movimento popular Bloco da XV, Instituto Cidade Viva, Associações de Moradores, Frente Popular dos Movimentos Sociais de Ponta Grossa, Associação dos Usuários de Transporte Coletivo de Ponta Grossa; ONGs: Instituto Cidade Viva. Foi eleito pela Prefeitura de Ponta Grossa, o servidor Neymar de Meira Albach, Diretor da SMMA para compor o Conselho Estadual das Cidades. As três propostas que foram aprovadas na Conferência Municipal foram levadas para nível estadual e serão encaminhadas para a etapa nacional. Sobre as propostas a nível municipal, pretende-se discutir com o Conselho da Cidade para colocá-las em prática. 8) **Palavra livre;** A conselheira Jamile informou que a próxima reunião será no próximo dia 25 de setembro no mesmo horário e local. 9) **Encerramento:** O conselheiro Ciro agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Ata transcrita por Sylvana Zanon.

Bianca Camargo Martins	Jarbas Goes
Bruna Mª Degraf Martins	João Carlos Mugnaine
Ciro Macedo Ribas Júnior	Margolaine Giacchini
Fábio Wilson Dias	Paulo Eduardo O. de Barros
Helmiro Bobeck	Roberto Pellissari
Jamile Salim	Sara Helena Bobeck

#### Ata 7ª Reunião Ordinária - Conselho Deliberativo do Iplan

Ao décimo primeiro dia do mês de Setembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, na Sala de Reuniões do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa – IPLAN, localizada na Avenida Visconde de Taunay, nº 950, no Município de Ponta Grossa, realizou-se a **Sétima reunião Ordinária do Conselho do Iplan** referente ao ano de 2017. Estiveram presentes os Conselheiros: **Bianca Camargo Martins**, Conselheira Suplente – Iplan; **Ciro Macedo Ribas Júnior**, Conselheiro Titular – Iplan; **IPMPG**; **Jarbas Goes**, Conselheiro Titular – ACIPG; **Karla Volaco Stamoulis**, Conselheira Suplente – SMP/PMGP; **Marco Aurélio Moro**, Conselheiro Titular – AEAPG; **Nadja Marques**, Conselheira Titular – SMG/PMGP; Também estavam presentes: Sylvana Zanon, Coordenadora de Pesquisa e Estratégia – Iplan/PMGP; John Lenon de Goes, assessor de Gabinete – SMMA/PMGP. A pauta da reunião constituiu-se de: 1) Abertura da reunião; 2) Aprovação da Pauta; 3) Processo nº 1510487/2017 - EIV Edifício Residencial Brickell; 4) Análise de Recurso – Residencial Tomazina 5) Análise de Recurso – EIV Loteamento Família Bauer; 6) Palavra Livre; 7) Encerramento. 1) **Abertura da reunião:** O Diretor Executivo, Sr. Ciro Macedo Ribas Júnior, deu boas-vindas aos presentes e passou a palavra a Conselheira Karla 2) **Aprovação da Pauta;** a pauta foi aprovada pelos conselheiros presentes. 3) **Processo nº 1510487/2017 – EIV Edifício Residencial Brickell;** A conselheira Karla explica que este empreendimento está localizado à Rua Bonifácio Vilela, esquina com a Rua Rodrigues Alves no Bairro Jardim Carvalho, tendo como requerente a Construtora Bazzi Ltda. Possui uma área de lote de 1.287,82 m², área construída 19.058,31 m². Serão 23 pavimentos, 64 apartamentos e 155 vagas de estacionamento, mais 2 lojas. Com relação ao uso e ocupação do solo, a área está em ZR1 lindeira a ZCOM e portanto, o projeto adotou os parâmetros da ZCOM. O empreendimento irá gerar um adensamento populacional de 370 pessoas. A conselheira Karla explica que de acordo com o estudo o adensamento populacional em áreas que já possuem infraestrutura instalada, como as regiões centrais, são importantes para evitar a expansão urbana em áreas ambientalmente protegidas ou desprovidas de infraestrutura, além proporcionar um maior convívio social. Quanto aos equipamentos urbanos e comunitários, o empreendedor entregou as cartas de viabilidade da Sanepar, Copel, Coleta de Resíduos; Como não há Equipamentos de Educação municipais no raio da vizinhança, a carta da Secretaria de Educação não foi apresentada visto que, já se sabe que a demanda não poderá ser atendida. Com relação aos equipamentos de saúde, a Unid. mais próxima seria a 0,80 Km (Posto de saúde Antonio Russo) sem comprovação da capacidade de absorção da demanda. O empreendedor menciona que na região de entorno ao empreendimento, constatou-se que existe uma infraestrutura urbana satisfatória do ponto de vista social e econômico, desta forma a implantação do Brickell Residence proporcionará um impacto positivo, criando novos empreendimentos comerciais e de serviços para atender a nova demanda de usuários. Quanto a geração de tráfego e demanda por transporte público, o Colégio Marista é um polo gerador muito próximo ao empreendimento. A conselheira Karla salienta que as medidas mitigadoras e compensatórias propostas pela comissão de análise do EIV são o Capeamento da Rua Bonifácio Vilela no trecho entre as Ruas Rodrigues Alves e Monteiro Lobato. A manutenção da praça do conhecido como Rotary, situada entre as Ruas Monteiro Lobato e Eusébio Batista Rosas. Também projeto e execução de melhorias na praça da Rua Assis Brasil contemplando implantação de calçadas, bancos, paisagismo, academia ao ar livre, brinquedo infantil com cercamento. A conselheira Karla explica que o capeamento seria uma medida mitigadora e a praça (parquinho, arborização, calçada) seria uma medida compensatória. O conselheiro Jarbas diz que seria necessário repensar no zoneamento, para revogar a lei dos 1.000 m² e iniciar uma avaliação dos adensamentos nas ZR1, ZR2 inseridas próximas a ZR4. A conselheira Karla questiona se as propostas sugeridas pela comissão estão aceitas. Os conselheiros concordam com as medidas. O conselheiro Ciro pergunta sobre o capeamento, diz ser contra executar asfalto em cima do calçamento, pois já tem um pavimento, e certamente irá trincar, a não ser que se faça um tratamento superficial. O conselheiro Jarbas questiona se não seria o caso de mexer na estrutura. O conselheiro Ciro diz que deixaria como está e ainda pergunta quais as condições deste calçamento. A conselheira Nadja diz que a maioria das ruas são asfaltadas. O conselheiro Jarbas afirma que a Av. Bonifácio Vilela é uma via estrutural, precisaria melhorar as condições de pavimentação. O Conselho delibera por acatar as medidas propostas pela Comissão de Análise do EIV porém, o projeto da praça na rua Assis Brasil deverá ser executado pelo Iplan e o capeamento deve seguir orientações do Iplan e da Secretaria de Planejamento. 4) **Análise de Recurso – EIV Residencial Tomazina;** A conselheira Karla explica que o empreendedor trouxe um orçamento de pavimentação e projeto executivo. Como a soma dos serviços fica no valor de R\$ 303.473,60, torna-se oneroso para a construtora. A conselheira Bianca diz que não seria inviável, pois o zoneamento foi mudado por conta do empreendimento. O conselheiro Jarbas afirma que o valor que o empreendedor está propondo é razoável. A conselheira Karla compara com as medidas do Edifício Brickell. O conselheiro Jarbas afirma que a pavimentação que o empreendedor está sugerindo é de uma rua sem fim, que irá atender somente este empreendimento. O conselheiro Ciro questiona quais seriam as propostas, e o Conselheiro Jarbas diz que poderia até se excluir a pavimentação e manter o projeto viário. O conselheiro Ciro questiona se a execução da obra do projeto que foi solicitado não ficaria inviável para a Prefeitura, pois seria em torno de uns 10 milhões. Ainda o Conselheiro Ciro diz não estar defendendo ninguém, e sugere uma nova opção de tráfego ali na região, pois aquela rua é muito estreita. O conselheiro Jarbas diz que seria necessário reestruturar a Rua Tomazina. O conselheiro Jarbas diz que está em tempo de fazer uma reavaliação da logística. A conselheira Nadja concorda com o conselheiro Jarbas e diz que em conversa com o Roberto Pellissari, é necessário pensar na cidade para o futuro. Ficou decidido postergar por uma semana este recurso e encontrar uma solução. 5) **Análise de Recurso – EIV – Loteamento Família Bauer;** O conselheiro Ciro menciona que o requerente solicita que seja mantido o acordo firmado em 2016 com o presidente anterior do Iplan no que se refere as medidas mitigadoras e compensatórias. O conselheiro Ciro deu o recurso aos conselheiros. Menciona que o Sr. Marcus Cornel fez mais um projeto executivo que está na SMP para ser executado (dentro do valor disponibilizado pelo Paraná Urbano) A conselheira Karla questiona se é da ligação. O conselheiro Ciro afirma que sim. De acordo com o recurso o empreendedor pede para excluir a elaboração do projeto de ligação viária entre as ruas Anita Garibaldi e a rua Erclio Slaviero. O conselheiro Ciro diz estar de acordo com o recurso apresentado. Sugere que a medida referente a ligação viária poderia ser feita a outro empreendedor. A conselheira Bianca diz que as medidas referentes ao Lago de Olarias não fazem parte da área do empreendimento, e o empreendedor ficaria sem medida mitigadora/compensatória na área de influência. O conselheiro Marco diz que na realidade o empreendedor está alegando que este acordo foi antes da lei. O conselheiro Ciro concorda que já está tramitando há algum tempo. A conselheira Bianca diz que conforme orientação da PGM, quando são analisados processos do EIV, tem que haver um respaldo da legislação atual, e não de quando o empreendedor deu entrada no processo. Citando outro empreendimento, ainda sob análise, Bianca diz que já foi acordado medida mitigadora e que no entanto, esta nem consta no EIV, referindo-se a rotatória do Matadouro. O conselheiro Ciro diz que ficou melhor do que era antes. Ainda sobre outro empreendimento a conselheira Bianca diz que o empreendedor afirma ter executado a medida compensatória na rotatória do matadouro, mas são 1.600 lotes, a grande maioria com as casas já implantadas, a SME já afirmou a necessidade de uma nova escola, a SMS diz que é preciso ampliar o posto de Saúde, e a compensatória foi apenas a rotatória. Retornando ao recurso apresentado, referente ao empreendimento Família Bauer, o conselheiro Jarbas questiona qual seria a proposta. A conselheira Bianca diz que se o conselho pode decidir manter o que foi deliberado e assim o recurso será enviado para o Prefeito. O conselheiro Jarbas diz ter duas propostas para votação, uma manter o que foi deliberado pelo conselho e outra acatar o recurso. O conselho manteve a deliberação, o conselheiro Ciro se mostrou a favor do recurso embora tenha apenas o voto de minerva. 6) **Palavra Livre;** A conselheira Nadja pergunta ao conselheiro Moro, que é um empreendedor do ramo, como encara este tipo de demanda, se faz uma proposta e recebe outro. O conselheiro Moro diz que é preciso avaliar o valor do empreendimento, qual impacto que irá gerar o loteamento ou edifício, sempre analisando em paralelo, pois existem diferentes focos, classe média, classe baixa, que quando não considerado pode parecer um valor injusto, pois, alguns empreendimentos não necessitam de escola pública, posto de saúde e a medida compensatória seria em torno de 150 mil reais, por exemplo o Edifício Brickell cuja demanda por escolas será suprida pelo o Colégio Marista. Ainda o conselheiro Marco afirma ser difícil

analisar. Não estamos aqui para inviabilizar empreendimentos, e até agora todos foram liberados. Infelizmente alguns empreendimentos não passaram pelo EIV, como exemplo os edifícios próximos à Padaria Brioche, e a Rua Francisco Ribas que já é um problema hoje. Às vezes é necessário ir contra, para que no futuro seja melhor para a cidade. 7) **Encerramento**; O conselheiro Ciro agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Ata transcrita por Sylvania Zanon.

Bianca Camargo Martins	Karla Volaco Stamoulis
Ciro Macedo Ribas Júnior	Marco Aurélio Moro
Jarbas Goes	Nadja Marques

## CÂMARA MUNICIPAL DIVERSOS

### DIÁRIA CONCEDIDA PELO PODER LEGISLATIVO

ORDEM 323/2017	
DATA CONCESSÃO	22.09.2017
NOME	DAINLER EDUARDO H. MARCONDES
FUNÇÃO	MOTORISTA
RG/MATRICULA	12.488.689-9-10.225/1
DESTINO	CURITIBA/PR
MOTIVO	O MOTORISTA ESTARÁ A SERVIÇO DO GABINETE DO VEREADOR VALTÃO, COM DESTINO A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM EM CURITIBA
DATA/HORÁRIO INÍCIO	22.09.2017 - 07:00 HS
DATA /HORARIO TÉRMINO	22.09.2017 - 18:00 HS
QUANTIDADE	1,0
VALOR UNITÁRIO	R\$ 48,00
VALOR TOTAL	R\$ 48,00
VEICULO UTILIZADO	GOL PLACAS BAO 7917
ORDEM 324/2017	
DATA CONCESSÃO	22.09.2017
NOME	DAINLER EDUARDO H. MARCONDES
FUNÇÃO	MOTORISTA
RG/MATRICULA	12.488.689-9-10.225/1
DESTINO	CURITIBA/PR
MOTIVO	O MOTORISTA ESTARÁ A SERVIÇO DO GABINETE DO VEREADOR GEORGE COM DESTINO A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ
DATA/HORÁRIO INÍCIO	25.09.2017 - 07:00 HS
DATA /HORARIO TÉRMINO	25.09.2017 - 17:00 HS
QUANTIDADE	1,00
VALOR UNITÁRIO	R\$ 48,00
VALOR TOTAL	R\$ 48,00
VEICULO UTILIZADO	OFICIAL GOL PLACAS BAO 7917
ORDEM 325/2017	
DATA CONCESSÃO	22.09.2017
NOME	EZEQUIEL MARCOS FERREIRA BUENO
FUNÇÃO	VEREADOR
RG/MATRICULA	5106253-1-5739/1
DESTINO	CURITIBA /PR
MOTIVO	O VEREADOR ESTARÁ EM COMPROMISSOS PARLAMENTARES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA COM O DEPUTADO WOLMIR E O DEPUTADO GILSON DE SOUZA
DATA/HORÁRIO INÍCIO	26.09.2017- 07:00 H
DATA /HORARIO TÉRMINO	26.09.2017- 20:00 H
QUANTIDADE	01
VALOR UNITÁRIO	R\$ 250,00
VALOR TOTAL	R\$ 250,00
VEICULO UTILIZADO	OFICIAL

### DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO

#### ORDEM DO DIA: 25/09/2017 SESSÃO ORDINÁRIA EM SEGUNDA DISCUSSÃO

##### DO VEREADOR GEORGE LUIZ DE OLIVEIRA

PROJETO DE LEI Nº 231/17 – Denomina de ALFREDO ROBERTO HILGENBERG FILHO a Rua nº 36 do Loteamento Residencial Monte Hermon, Bairro Cará-Cará, nesta cidade.

DOS VEREADORES MAGNO ZANELATO E WALTER JOSÉ DE SOUZA - VALTÃO  
PROJETO DE LEI Nº 233/17 – Promove alteração na Lei nº 12.750, de 17/03/2017.

#### EM PRIMEIRA DISCUSSÃO

##### DO VEREADOR ALTAIR NUNES MACHADO – TAÍCO NUNES

PROJETO DE LEI Nº 303/14 – Denomina de PEDRO TEIXEIRA DE ALMEIDA o trecho entre as Ruas I.1 do Conjunto Residencial Campo Belo 1 e I.2 do Conjunto Residencial Campo Belo 2, Bairro Cará-Cará, nesta cidade.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade, com a inclusa **Emenda de Redação**  
COSPTTMUA - Favorável, nos termos da Emenda de Redação da CLJR

##### SUBSTITUTIVO GERAL de autoria do Vereador Sebastião Mainardes Júnior

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade  
COSPTTMUA - Favorável

##### DO VEREADOR VINÍCIUS CAMARGO

PROJETO DE LEI Nº 38/17 – Institui a Política de Apoio aos Portadores de Doença Celíaca.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade, nos termos do **Substitutivo Geral em apenso**  
CFOF - Favorável, nos termos do Substitutivo Geral da CLJR  
COSPTTMUA - Favorável, nos termos do Substitutivo Geral da CLJR e da **Subemenda Modificativa** em apenso.  
CSAS - Favorável, nos termos do Substitutivo Geral da CLJR

##### DO VEREADOR RUDOLF POLACO

PROJETO DE LEI Nº 133/17 – Estabelece prioridade de matrícula em cursos de qualificação ofertados pela Prefeitura de Ponta Grossa, para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade, nos termos do **Substitutivo Geral em apenso**  
COSPTTMUA - **Contrariamente à aprovação**  
CAPICTMA - Favorável, nos termos do Substitutivo Geral da CLJR

##### DO VEREADOR RICARDO ZAMPIERI

PROJETO DE LEI Nº 174/17 – Institui o Título "EMPRESA AMIGA DO JOVEM E DO ADOLESCENTE", no Município de Ponta Grossa.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade, nos termos do **Substitutivo Geral em apenso**  
COSPTTMUA - Favorável, nos termos do Substitutivo Geral da CLJR  
CAPICTMA - Favorável  
CSAS - Favorável, nos termos do Substitutivo Geral da CLJR

##### DA VEREADORA PROFESSORA ROSE

PROJETO DE LEI Nº 227/17 – Institui o "Dia da Troca de Livros" nas Escolas de Ensino Fundamental e Médio, no âmbito do Município de Ponta Grossa, conforme específica.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade, nos termos do **Substitutivo Geral em apenso**  
COSPTTMUA - Favorável, nos termos do Substitutivo Geral da CLJR  
CECE - Favorável, nos termos do Substitutivo Geral da CLJR

##### DO VEREADOR JOÃO FLORENAL

PROJETO DE LEI Nº 238/17 – Denomina de Gilberto Antonio Tonini (Chicão) a Av. 04 do Loteamento Monte Hermon, nesta cidade, conforme específica.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade, com a inclusa **Emenda de Redação**  
COSPTTMUA - Favorável, nos termos da Emenda de Redação da CLJR  
**DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO, em 22 de setembro de 2.017.**  
Ver. SEBASTIÃO MAINARDES JÚNIOR Presidente  
Ver. JORGE DA FARMÁCIA 1º Secretário

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

#### PROCESSO LICITATÓRIO/ PREGÃO PRESENCIAL 09/2017 SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2017

Em razão do Segundo Aditamento do Contrato nº 19/2017, fica aditado o valor.

**HOMOLOGADO** o resultado nos termos do processo.

**PREÇO/OBJETO:** aditar o valor do litro da gasolina comum, para o valor de R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos), visando garantir o equilíbrio da equação econômico-financeira.

**EMPRESA:** POSTO BOA VISTA LTDA CNPJ Nº 77.488.005/0009-97

Ponta Grossa, em 21 de setembro de 2017.

**Vereador SEBASTIÃO MAINARDES JUNIOR**  
Presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa

#### EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 19/2017

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA

Contratada: POSTO BOA VISTA LTDA CNPJ Nº 77.488.005/0009-97

Objeto: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 19/2017, repactuando o valor do litro da gasolina comum, para o valor de R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos), visando garantir o equilíbrio da equação econômico-financeira.

Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas do referido contrato

Fundamentação: Artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93

Ponta Grossa, em 21 de setembro de 2017.

**Vereador SEBASTIÃO MAINARDES JUNIOR**  
Presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa

